

OS IMPACTOS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES: UM ESTUDO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ¹

THE IMPACTS OF THE STUDENT ASSISTANCE PROGRAM ON THE TRAJECTORY OF STUDENTS: A STUDY AT THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF CEARÁ

LOS IMPACTOS DEL PROGRAMA DE ASISTENCIA ESTUDIANTIL EN LA TRAYECTORIA DE LOS ESTUDIANTES: UN ESTUDIO EN EL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA DE CEARÁ

Francisca Rejane Bezerra Andrade*

Tereza Nair de Paula Pachêco**

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutora em Ciências da Educação pela J. W. Goethe Universität Frankfurt am Main. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Serviço Social da UECE. Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: rejane.bezerra@uece.br

** Mestra em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Legislação Social e Políticas Públicas: Parâmetros para o Trabalho do(a) Assistente Social pela Faculdade Ratio. Graduada em Serviço Social pela UECE e em Gestão Desportiva e Lazer pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: terezappacheco@hotmail.com

Recebido para publicação em 31.3.2019

Aprovado em 25.9.2019

Resumo

Este artigo apresenta os impactos do Programa de Assistência Estudantil para a construção da trajetória universitária dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Canindé (CE). Afere-se que, para a permanência no curso superior, os interlocutores desta pesquisa consideram pertinente que o Programa disponibilize o auxílio financeiro para custear as despesas da vida estudantil. Evidenciou-se, especialmente, que essa assistência contribui para a melhoria do desempenho e da formação acadêmica dos alunos.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Educação superior. Juventudes.

Abstract

This article presents the impacts of Student Assistance Programs for the university trajectory of students from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE), in Canindé/Ceará campus. The interlocutors of this research consider pertinent that the Program offers financial aid to support the expenses of students' lives, so they can conclude the higher education course. It was showed, especially, that this assistance contributes to improving the students' performance and academic training.

Keywords: Student aid. Higher education. Youths.

Resumen

Este artículo presenta los impactos del Programa de Asistencia Estudiantil para la construcción de la trayectoria universitaria de los estudiantes del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Ceará (IFCE) – campus Canindé/ Ceará. Se estima que, para la permanencia en el curso superior, los interlocutores de este estudio consideran pertinente que el Programa ofrezca ayuda financiera para costear los gastos de la vida de estudiante. Se comprobó, especialmente, que esta asistencia contribuye a la mejora del desempeño y la formación académica de los alumnos.

Palabras clave: Asistencia estudiantil. Educación superior. Juventud.

1. Introdução

Na sociedade brasileira contemporânea, as árduas condições de vida que atingem uma parcela significativa de brasileiros têm se intensificado, tendo em vista o cenário sociopolítico vigente, no qual predomina o esgarçamento dos direitos sociais. Neste contexto, ressalta-se que os jovens vivenciam, de modo intenso, a fragilidade de tais direitos.

Nesta sociedade, ser jovem é desafiador e envolve diversas questões, ao levar-se em consideração, por exemplo, os aspectos socioeconômicos, culturais, nacionais, regionais, locais, religiosos, étnicos, de gênero, dentre outros, que estabelecem interfaces com o segmento juvenil.

A sociedade brasileira é marcada por uma desigualdade socioeconômica cada vez mais latente

Desse modo, as complexidades que envolvem as juventudes brasileiras evidenciam-se por precoce e precário ingresso em um mercado de trabalho que está atrelado ao desemprego estrutural; além disso, pelo acesso inalcançável aos meios culturais, o que lança os jovens tanto como protagonistas quanto vítimas da violência; e, no tocante à educação, especificamente ao ensino superior, essa questão surge tangenciada pela dificuldade que existe no acesso e na permanência dos jovens oriundos das classes sociais mais pobres.

A especificidade e a relevância dessa temática, no contexto das juventudes, acontecem como resultado da expansão crescente, nos últimos anos, do número de vagas no nível superior, das quais os jovens se apropriam exponencialmente. No assunto assinalado, destaca-se a ampliação, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), do número de estudantes pertencentes à classe trabalhadora, que passa a ter acesso ao ensino de nível superior.

Compreende-se, com base em Rosa (2014), que a sociedade brasileira é marcada por uma desigualdade socioeconômica cada vez mais latente, o que impacta, consequentemente, o acesso a determinados bens e direitos, dentre os quais se destacam aqueles necessários para a continuidade desses estudantes no nível superior.

Logo, o tema “permanência” dos estudantes nas universidades públicas trata da busca pela garantia da democratização do acesso ao ensino superior, uma vez que visa colaborar com a incorporação, nesse nível de ensino, daqueles situados em condições socioeconômicas desfavoráveis e detentores de trajetórias educacionais distintas.

Todavia, para que a permanência dos estudantes provenientes de camadas socioeconômicas mais baixas/desprivilegiadas transcorra, torna-se crucial a existência de um conjunto de ações articuladas. Nessa conjectura, a Política de Assistência Estudantil revelou-se, ao longo do tempo, uma maneira de auxiliar esses estudantes na conclusão do ensino superior.

Notadamente, a efetividade da Política de Assistência Estudantil é um importante instrumento para a concretização do direito à educação pública, gratuita e de qualidade, visto que a democratização do acesso, isoladamente, não consegue alcançar as necessidades de um universo de estudantes que sofre as consequências da desigualdade social presente na sociedade.

Nessa projeção, o objetivo deste artigo é apresentar os impactos do Programa de Assistência Estudantil para a construção da trajetória universitária dos alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Canindé (CE).

2. Percurso metodológico

O percurso metodológico desenvolvido para a efetivação do estudo trilhou os seguintes passos: inicialmente, durante o encontro de grupos de estudos quinzenais, foram realizados debates e leituras sobre as categorias teóricas: assistência estudantil, educação superior e direito à educação.

Salienta-se que a pesquisa, financiada pelo CNPq, foi realizada nos *campi* do IFCE de Aracati, Canindé, Crateús, Fortaleza e Maracanaú. A escolha do *campus* Canindé para a realização deste artigo se deu de modo aleatório, uma vez que foram selecionadas pesquisadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (Geppes) para desenvolverem a pesquisa nos IFs citados anteriormente.

No que tange à coleta de dados no IFCE *campus* Canindé (CE), a pesquisa de campo orientou-se mediante a realização de visitas institucionais, privilegiando a realização de entrevistas de natureza individuais e coletivas com a equipe multidisciplinar básica atuante na assistência estudantil, composta, no caso da pesquisa em questão, por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos.

A *posteriori*, criou-se um grupo focal² com 12 estudantes³ do IFCE *campus* Canindé, cujas informações colhidas evidenciam-se nesta pesquisa⁴. No primeiro momento da investigação, foram dispostas sete perguntas, sorteadas livremente sobre o tema, de modo que, voluntariamente, alguns dos estudantes as lessem para o debate coletivo. No segundo momento, colocaram-se três assertivas, das quais os es-

tudantes tiveram que concordar ou discordar com o que estava sendo pronunciado, manifestando, conseqüentemente, seu ponto de vista sobre o assunto.

O grupo focal realizado no IFCE *campus* Canindé contou com a participação de estudantes dos cursos de Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Gestão de Turismo e Tecnologia em Rede de Computadores, de turnos e semestres distintos.

No tocante ao universo dos interlocutores da pesquisa, todos eram estudantes de nível superior do IFCE – Canindé e foram contemplados com a assistência estudantil durante os anos de 2014 a 2017. Esta pesquisa, em sua formatação, abordou somente três auxílios fornecidos pelos IFs: transporte, moradia e alimentação, já que o público pesquisado foi contemplado com, pelo menos, um dos auxílios supracitados.

No caso do *campus* Canindé, ofertam-se dois auxílios periodicamente, transporte e moradia, havendo também outros auxílios pontuais, como auxílio-óculos, acadêmico e visitas técnicas. Em relação à alimentação, essa é ofertada gratuitamente na forma de merenda escolar a todos os estudantes dos cursos técnicos, tecnológicos, licenciaturas e bacharelados.

3. Do acesso à permanência dos estudantes no nível superior

Conforme destaca Rosa (2014), a Carta Magna de 1988 instaura o Estado Democrático de Direito, com o objetivo da promoção do princípio da igualdade, desdobrando-se mediante a consolidação dos direitos sociais, bem como a universalização de um conjunto de serviços que devem ser prestados a todos os componentes da sociedade, visando a democratização das prestações sociais.

Em especial, a referida Constituição Federal (BRASIL, 2016) também destaca a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205). O mesmo documento, em seu art. 206, incisos I e IV, sugere sobre os princípios do ensino, evidenciando-os no contexto da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Desse modo, proclamar a educação na condição de um direito social implica reconhecê-la como alvo das políticas sociais.

Todavia, a educação, na perspectiva do direito, não é amplamente efetivada no contexto do ensino superior, uma vez que as taxas de retenção e de evasão durante a graduação ainda são recorrentes, em especial àqueles estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, sendo também os que apresentam dificuldades em continuar seus processos formativos.

Diante desse cenário, vários movimentos foram realizados com a finalidade de reduzir o abandono e apoiar a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior. No tocante ao direito à educação e sua efetivação, essa aparece envolta nos aspectos acesso, permanência e êxito no processo formativo, os quais insti-

tuem a Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007 e, posteriormente, o Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), que tratam do Programa Nacional da Assistência Estudantil (Pnaes).

Para além da questão da ampliação do acesso, importa pensar sobre as condições de permanência

Na condição de objetivos do Pnaes, em seu art. 2º, foram detectados alguns elementos pertinentes ao assunto abordado, tais como: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Além disso, salienta-se que o § 1º do art. 3º do Pnaes apresenta as seguintes áreas no contexto da assistência estudantil: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades e superdotação. Dessas áreas em relevo, foram selecionadas algumas para o presente estudo, as quais serão citadas posteriormente.

Desse modo, programas e linhas de ações políticas de assistência estudantil buscam favorecer a democratização do acesso, permanência e êxito no processo formativo, e, além disso, tem-se a inserção profissional do estudante, objetivando a inclusão de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em 2008, com a Lei n. 11.892 (BRASIL, 2008), criaram-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que trazem consigo um conjunto de demandas alicerçadas no compromisso de garantir a igualdade e a justiça social no âmbito da Rede Federal Tecnológica.

No caso do IFCE, na ocasião desta pesquisa, esse possuía 32 *campi* em funcionamento, localizados em diferentes municípios do estado do Ceará, e o total de 401 cursos ofertados, conforme informações disponíveis no *site* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (2018). Esses *campi* oferecem, em todo o território do Estado do Ceará, cursos técnicos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), cursos técnicos regulares e de graduação (tecnologia, bacharelado e licenciatura), pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e cursos de Formação Inicial e Continuada.

Considera-se que, com a expansão dessa Rede Federal, houve o favorecimento e ampliação, indiscutivelmente, das condições de acesso dos jovens das camadas sociais de baixa renda aos cursos técnicos de nível médio e aos cursos superiores de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico). No entanto, para além da questão da ampliação do acesso, importa pensar sobre as condições de permanência para esse público em sua respectiva modalidade de ensino.

Nesse argumento, como colocam Dourado, Garajau e Fonseca (2013), a Política de Assistência Estudantil visa garantir a permanência dos estudantes que necessitam

de alguma intervenção para concluir o curso, bem como assegurar o direito constituído ao acesso no ensino superior, endossando a igualdade de oportunidades entre estudantes que ingressam nessa etapa educacional.

4. Impactos da assistência estudantil na trajetória dos estudantes do IFCE, *campus* Canindé (CE)

Tem alguém que não adere ao Projeto 'Meu IF, minha vida'?
Quando você começa o curso aqui, o IF se torna sua casa.⁵

Conforme explicitam as falas dos estudantes que participaram da pesquisa, de modo geral, os alunos possuem uma relação afetiva com o *campus* em que estudam, considerando-o como casa e lar, tendo em vista que vivenciam considerável período do seu dia e da sua juventude nesse espaço. No *campus*, eles construíram laços de amizade e incorporaram novas formas de ser e de estar no mundo.

De modo complementar, cita-se, segundo as palavras de Brenner, Dayrell e Carrano (2008), a importância da convivência e da centralidade dos pares (grupos, interações) no processo de formação humana dos jovens, na construção de suas identidades individuais e coletivas.

No tocante aos questionamentos realizados durante a execução do grupo focal, inicialmente, perguntou-se aos sujeitos entrevistados o que consideram pertinente a assistência estudantil disponibilizar para que aconteça a permanência no curso superior até a conclusão desse, o que será exposto na sequência.

4.1 Entendendo a assistência estudantil na perspectiva dos interlocutores

Em linhas gerais, as respostas dos jovens ao questionamento: "O que é pertinente à assistência estudantil disponibilizar para que aconteça a permanência no curso superior até a sua conclusão?" estiveram associadas ao repasse de uma renda (dinheiro), uma vez que muitos estudantes desse *campus* são oriundos das cidades do interior e não possuem condições financeiras suficientes para custearem as despesas relacionadas ao aluguel, ou conforme relatado por um interlocutor da pesquisa: "alimentação, transporte... tudo... Internet que tem que ter em casa... aí eu acho que é o auxílio, no meu entender", que deve ser responsável por prover essas necessidades.

O auxílio, aqui, é tomado como sinônimo de dinheiro, utilizado para suprir as necessidades de cada um. Também é oportuno salientar que as condições financeiras e o local de moradia impactam a forma de vivenciar a juventude, conforme elucidado em momento anterior.

Nessa indagação, ressalta-se que, até mesmo para os estudantes oriundos da cidade de Canindé, onde o IFCE está localizado, há a necessidade de receber o auxí-

lio-transporte, tendo em vista que, segundo um dos interlocutores: “[...] o *campus* é distante da cidade... tem que pagar transporte”.

Nessa situação, os estudantes têm que desembolsar, diariamente, dinheiro para chegar até o local de estudo. Além disso, é comum, após o período de sala de aula, terem que permanecer ou retornar à instituição para mais um período de estudo, como os estudantes destacam em seus relatos. “[...] às vezes, você tem que voltar para casa, almoçar e voltar... daí sai um dinheirinho bom por semana [...]”.

Os participantes do grupo focal informaram que também é comum um estudante receber somente um auxílio por vez. Desse modo, por exemplo, ou recebem o auxílio-moradia, ou o auxílio-transporte. Segundo eles, ao relatar a reprodução das falas das profissionais que trabalham com a assistência estudantil, isso se dá para que um maior número de estudantes seja contemplado com auxílios. No entanto, desse modo, uma necessidade básica sobressai-se à outra, enquanto todas deveriam ser atendidas, pois são demandas sociais.

Entende-se, como Rosa (2014) reitera, que a igualdade deve ser proposta não somente na perspectiva do acesso, pois ainda engloba outros aspectos, como o provimento de condições necessárias para frequentar e concluir o curso de graduação, garantindo condições que possibilitem um auxílio de ordem financeira e educacional para os alunos provenientes de estratos sociais mais pobres.

Ainda sobre essa problemática, Arruda, Araújo e Lopes (2016) ponderam que buscar diminuir as desigualdades sociais e econômicas é condição mandatória no processo de democratização da educação brasileira. E para tanto, além do acesso são necessários mecanismos que garantam aos discentes mais pobres e excluídos economicamente uma permanência de qualidade.

Os interlocutores da pesquisa, ao entenderem as fragilidades assinaladas pela assistência estudantil nesse *campus*, propõem alternativas que poderiam contribuir para a melhoria na qualidade do processo formativo, tais como:

A construção de um R.U., Restaurante Universitário. Assim, eu não precisaria ir para casa e voltar à tarde. A gente poderia estar aqui à tarde e ficar direto, manhã e tarde. Essas ações deveriam ser construídas coletivamente, com o pessoal da assistência fazendo as ações.

Com os relatos até agora em evidência, detectou-se que é comum no universo da rotina dos estudantes que disponham de mais de um período do seu dia para dedicação aos estudos, o que transpõe o tempo destinado à sala de aula, precisando permanecer no *campus* por um período superior a essa atividade.

Em alguns dias da semana, por exemplo, a rotina dos estudantes ocorre em todos os turnos, segundo relato: “Às sextas-feiras, eu fico de 8h da manhã às 22h”. Ao

Buscar diminuir as desigualdades sociais e econômicas é condição mandatória no processo de democratização da educação brasileira

ênfatizarem o mesmo assunto sobre a rotina, outros estudantes elucidam: “Eu fico umas três vezes na semana por mais de um período no *campus*”; “Eu fico nos cinco dias da semana por mais de um período no *campus*”.

A permanência prolongada no *campus* implica maiores gastos financeiros com alimentação e transporte, esse último, em especial, para os estudantes que queiram deslocar-se até suas casas e depois regressarem para mais uma jornada de estudos após um período de descanso e almoço.

A partir disso, os interlocutores ressaltam que, devido a um considerável tempo dentro do *campus*, o espaço passa a ser considerado sua casa. Cotidiana e paulatinamente, os estudantes conhecem cada funcionário e constroem vínculos afetivos com os demais estudantes, formando outra família, como esclarecem as epígrafes salientadas no início do tópico 3. Em outro bloco de perguntas, os estudantes falaram como seria a vida deles sem a assistência estudantil. Emblematicamente, responderam que seria:

Um caos. Eu não estaria aqui, realmente. Esses auxílios ajudam bastante quem é de outra cidade. [...] Se não houvesse, seria impossível para a maioria das pessoas que são do interior estarem aqui.

Desde que eu entrei no curso, eu recebo auxílio-moradia. Por exemplo, eu não tenho uma mãe que possa me bancar financeiramente, que diga ‘eu vou pagar aqui seus estudos, sua alimentação, sua energia, sua internet’ [...].

Esses relatos revelam a dificuldade financeira que as famílias têm em assegurar a continuação dos estudos desses estudantes, uma vez que existe um conjunto de despesas necessárias para que se garanta a permanência no ensino superior.

Menezes (2012) destaca que as desigualdades se manifestam na família, na trajetória escolar, na qualidade de vida e no acesso aos serviços e bens necessários à existência humana. Nesse caso, a assistência estudantil tem como prioridade estudantes cujas condições socioeconômicas, muitas vezes, os impedem de permanecer no ensino superior.

Nesse viés, uma questão que aflige os acadêmicos que são contemplados com a assistência estudantil é a possível interrupção que pode haver em um auxílio, pois quem o recebeu durante um semestre não tem a garantia de que o receberá no semestre seguinte, o que acarreta uma incerteza sobre a continuidade dos estudos. Cabe também salientar que, por diversas vezes, o auxílio não foi recebido no tempo previsto, e o atraso se revelou ser um momento de dificuldade na vida desses estudantes.

Ademais, o valor financeiro que é recebido de um auxílio nem sempre equivale ao verdadeiramente necessário para que um estudante se mantenha. Como os estudantes ressaltaram durante o grupo focal, “você coloca lá o que você precisa, mas o valor que você recebe não é um valor fixo”. Tanto o valor em dinheiro recebido não é fixo como também é variável a quantidade de meses que os estudantes podem receber, ou não, determinado auxílio.

Nesse ínterim, embora seja reconhecido fielmente que o auxílio financeiro é expressivamente importante para a permanência dos estudantes no nível superior, em outro aspecto, entende-se também que a assistência estudantil não se reduz tão somente a um auxílio financeiro de qualquer natureza. Nessa perspectiva, Andrade, Santos e Cavaignac (2016, p. 32) alertam que ações afirmativas para o ingresso no ensino superior também são a melhoria da educação básica, o aumento no número de vagas nas universidades e o desenvolvimento de programas de permanência que não estejam limitados exclusivamente ao âmbito da universidade e da assistência financeira ao estudante.

Questionou-se, por sua vez, que outros serviços de assistência estudantil foram utilizados pelos estudantes ao longo da trajetória acadêmica. *A priori*, percebe-se que os interlocutores compreendem como serviços de assistência estudantil: lanche, atendimentos odontológicos e de enfermagem. Acerca desses serviços, evidenciou-se que muitos deles desconheciam a existência do serviço de enfermagem no *campus*. Quem o conhecia e já tinha utilizado relatou que não havia material suficiente e nem espaço físico próprio e adequado para o setor de enfermagem.

No *campus*, ressaltaram que seria oportuno um serviço de psicologia, para o acompanhamento dos discentes, e de nutrição, para melhorar o cardápio do lanche. Todavia, diante de todas as dificuldades postas, os estudantes gostam de estudar no IFCE *campus* Canindé porque, mesmo distante das condições ideais, eles possuem:

[...] mobilidade de ir para casa, de transporte, de conseguir voltar. Se eu pudesse ir para Fortaleza, eu iria, mas eu não posso. Então, a minha esperança é me formar e arrumar um trabalho, conseguindo cursar o que eu realmente quero, entendeu?

Nesse sentido, estar no ensino superior revela a esperança de uma vida melhor e o alcance de seus sonhos. Esse nível educacional, portanto, na representação de alguns interlocutores, é considerado meio gerador de mobilidade social.

4.2 A escolha do curso de graduação e os fatores relacionados à trajetória universitária dos interlocutores

Revela-se que, em muitos casos, os cursos escolhidos pelos estudantes pesquisados não se configuram como primeiras opções, tampouco expressam a realização de seus sonhos acadêmicos. Todavia, fruto do contexto de desigualdades de oportunidades em que estão inseridos, não há como se materializar outras chances acadêmicas.

Em detrimento disso, muitos têm pretensão de realizar, posteriormente, uma segunda graduação, pois pensam que conseguirão superar obstáculos depois de formados. Não obstante, os interlocutores destacam que gostam de estudar no *campus*:

Eu gosto, porque querendo ou não, gostando ou não gostando, o *campus* tem uma boa estrutura. Por exemplo, você consegue perceber a diferença entre estar no IFCE e numa escola pública da

cidade. Você está aqui na sua salinha com ar-condicionado, com professor, que pode ter didática ou não, mas ele tem um mestrado, tem doutorado. Aí você vai a uma escola pública, estão lá as cadeiras todas se quebrando... professor, diretor que não sabe nem o que está acontecendo na escola. Uma realidade assim contrasta muito, sabe? O IF tem uma estrutura muito boa, tem uma biblioteca boa, nós ainda não temos um acervo mundial de livros, mas o *campus* é muito limpo e se você gostar do curso, vai tirar muito proveito, porque ele tem uma boa estrutura, o *campus* tem uma boa estrutura.

Em tal caso, a estrutura física do *campus*, de modo geral, é elogiada pelos estudantes, mesmo diante das fragilidades apontadas é um motivo para a permanência no curso superior. A escolha do curso por esses estudantes, por vezes, acontece por exclusão ou falta de oportunidades: “Eu fui por exclusão, na verdade, eu tinha vontade de ir pra área da Saúde, só que devido a morar no interior, não tinha como eu me manter em Fortaleza, o mais próximo é aqui, aí eu fui por exclusão, Redes de Computadores [...]”

Notou-se também que alguns estudantes que tinham afinidade com a área de Exatas acabaram migrando para o curso de Matemática, pois o curso de Engenharia pretendido, por exemplo, não é ofertado no *campus*, nem na cidade de origem. Em vista disso, a estrutura física do *campus* é um fator atrativo para os estudantes: “Embora tenha muito a ver com o fator exclusão, quando a gente chega aqui no IF, a gente olha e diz: ‘legal, tem merenda, tem o professor legal, tem uma sala’”.

Desse modo, os estudantes buscam aproveitar ao máximo as restritas oportunidades que estão sendo postas naquele momento para eles. Percebeu-se que a experiência no nível superior gera impactos em suas vidas, quer seja no receio quanto ao futuro e às expectativas do mercado de trabalho após egresso, quer seja pelas novas relações de amizade que foram criadas naquele espaço. Esses fatores mencionados demarcaram esse período da vida acadêmica.

Eu penso no sentido trabalho, porque você está chegando no curso com o objetivo de conseguir o diploma e pensa que vai ter tempo para ir atrás de emprego, começar a vida. Mas pelo menos pra mim, no momento que não tiver mais IF, vai ficar aquele buraco faltando, depois do carinho que você teve com algumas pessoas do *campus* e com outras não, porque é muito bom você se reunir com os seus amigos, mesmo que a aula daquele professor seja muito chata (risos), você faz uma hora ali, a aula passa que é uma beleza [...].

Nesse momento, evidenciou-se que o contexto educacional preenche parte significativa da vida dos interlocutores, e não pertencer a esse contexto gera uma expectativa e incerteza acerca, principalmente, da inserção no mercado de trabalho. Salienta-se que, para muitos jovens, o medo do futuro é assim como expõe Novaes (2006, p. 110): “medo de não estudar e não conseguir emprego; de estudar e não conseguir emprego; de conseguir emprego e depois perder; ou de ficar desempregado”.

Diante de tudo que foi exposto, mudou-se de assunto e questionou-se os jovens sobre a contribuição da assistência estudantil. Ao longo da sua trajetória universitária, os estudantes entenderam que a assistência estudantil à qual têm acesso é “essencial, porém falha”, conforme exposto por um dos entrevistados:

É essencial, porque no meu caso, moro no interior com o meu marido. Todo dia, venho para o IFCE gastando, digamos assim, precisando da ajuda dos meus familiares, porque eu só recebi o auxílio-transporte durante dois semestres. Como, no semestre passado, eu e meu esposo sofremos um acidente, passamos dois meses internados no hospital de Fortaleza. Então, tive de trancar a faculdade e, assim, não pude fazer a renovação do auxílio. Então, eu vejo agora que é essencial a questão do auxílio, porque muitas pessoas não têm condições, moram distantes, necessitam realmente do auxílio. No meu caso, eu gasto com dois transportes. Eu gasto mais de R\$ 300 reais só de passagem por mês. E se eu não tiver o auxílio? Outra questão é o emprego... Canindé também não oferece muito emprego.

O ingresso e a experiência no nível superior revelam uma nova forma de pensar

Com o relato acima, com base em Finatti (2007), compreende-se que a assistência estudantil visa promover os recursos necessários para a superação de obstáculos que impedem os estudantes sem recursos financeiros de viverem a graduação e conseguirem um bom desempenho curricular, reduzindo o percentual de abandono e trancamento de matrículas.

À medida que avançam os questionamentos durante o grupo focal, verificou-se que, para os estudantes pesquisados, estar no ensino superior significa que houve, segundo um interlocutor, “uma conquista e uma oportunidade de crescimento”; enquanto outro expressou:

Eu diria que é essencial estar no ensino superior, porque você entra uma pessoa e sai outra completamente diferente. Eu entrei um menino e vou sair daqui uma pessoa de pensamento mais aberto, uma pessoa que sabe mais o que é o certo e o que é o errado; como seguir; como planejar sua vida. Ainda mais, se você consegue uma bolsa, começa a trabalhar e ver se gosta daquilo, se vai querer aquilo para sua vida. Em comparação, no ensino médio as coisas são muito assim: ‘aceite’. E quando você entra na graduação, começa a ver um mundo completamente diferente, de possibilidades, de pessoas. E vê também que pode fazer mestrado e doutorado fora do país, que pode conseguir isso. É muito importante.

Nessa situação, o ingresso e a experiência no nível superior revelam uma nova forma de pensar, o encontro com o novo e o desconhecido. Expressam também amadurecimento e reflexão sobre antigas posturas e pensamentos e representam, ainda, a continuação de uma trajetória de estudos que acontece desde a infância. Nesse percurso, os estudantes percebem a responsabilidade que a sociedade lhes imputa na direção de uma vida alicerçada na educação e na qualificação para o mercado de trabalho, segundo os discursos abaixo:

É a continuação da sua vida: ensino fundamental, médio, faculdade; 'Na faculdade você tem que arranjar um emprego'; 'Uma especialização'; 'Aí, você casa e tem um filho'. Assim, você vai seguindo a trilha que socialmente dizem que você deve fazer. No entanto, nem todos conseguiram seguir a linha norteadora sem enfrentar obstáculos e/ou dificuldades.

Quem diria que eu iria para a faculdade! No ensino médio, a gente é muito influenciado: tem o Sisu [Sistema de Seleção Unificada], tem o Prouni [Programa Universidade para Todos] e tem o Fies [Fundo de Financiamento Estudantil]. Mas são sonhos muitos distantes. Aí quando eu coloquei minha nota: Canindé. Fui. E passei. Fui fazer a matrícula morto de feliz! 'Gente, eu passei no Sisu' (risos). Eu comecei o primeiro semestre com uma empolgação tão grande. Nossa, é o professor nota 10. No início, estudava e passava o dia aqui. Era um sonho muito grande. A gente aqui amadurece muito. No ensino médio, somos muito presos.

Não vou dizer a idade (risos), mas 30 anos depois, eu consegui. Para vocês, é um sonho, porque vocês são jovens. Agora, vocês me imaginem: ensino médio, não tinha na minha cidade. Ou você conseguiria um bônus numa empresa de ônibus, ou seja, você tinha aqueles trinta dias de passagem gratuita, mas o resto da turma já desistia no meio do caminho, porque não tinha dinheiro para ir todos os dias. Aí, quando eu cheguei aqui, foi muito gratificante, é muito bom para a gente.

Os relatos expressaram as dificuldades que foram encontradas por determinados estudantes para o ingresso no nível superior. Para Finatti (2007), a educação no século XX surge como alvo de desejo para a classe trabalhadora, possibilitando transformação no *status quo*, poder e mobilidade social. Então, interessa observar o papel da assistência estudantil nesse processo.

4.3 Fragilidades e potencialidades do IFCE *campus* Canindé e a assistência estudantil

A ideia de que a educação pública, especificamente a de nível superior, é um privilégio, propicia a compreensão de que deve ocorrer redução dos fundos públicos para esse nível educacional no Brasil, assim como o ajustamento dos parâmetros educacionais ao processo de mercantilização da educação superior.

A educação, atualmente, aprofundou o distanciamento social entre a minoria privilegiada e a maioria cada vez mais excluída da sociedade, ocorrendo uma intensificação desse processo no contexto de uma sociedade neoliberal. Assim, desconstruir essa lógica é um processo rijo e demorado, e para que isso ocorra é necessário pensar a educação básica e superior como prioridades da sociedade e do Estado brasileiro.

Mesmo percebendo-se em uma realidade excludente, os estudantes do IFCE *campus* Canindé destacaram que estão em um *campus* bom em relação aos demais, pois em

outros *campi*: “[...] a biblioteca funciona só até às 17 horas”; “tem *campus* em que a merenda é horrível”; “tem *campus* que não oferece nenhum tipo de auxílio”. Logo, reconheceram as fragilidades e as potencialidades do *campus* em que estão situados:

A estrutura do IF é boa. Tem sala com ar-condicionado; é forrada; todas as salas têm projetor.

A brinquedoteca é de uso comunitário, para todos os cursos. Mas como nós da Matemática não temos uma sala, não temos nada assim, vamos ocupando os espaços que achamos. A brinquedoteca também é usada como sala de aula devido ao aumento no número de turmas. O bloco novo ainda não saiu.

Diante de muitas questões que precisam ser melhoradas e de muitos avanços do *campus* Canindé em relação aos demais *campi*, os interlocutores colocaram: “Não podemos nos acomodar. Até mesmo se virmos algo bom, devemos pensar em melhorar [...]”.

Nesse aspecto, os estudantes relataram o que melhorou desde a chegada deles no *campus*. Segundo eles, quem iniciou na primeira turma do curso noturno enfrentou diversas dificuldades, afirmando que: “Eles queriam fazer um teste para ver se dava para funcionar”. Seus relatos revelaram ainda que, no início, não havia biblioteca funcionando, e quando estava aberta, o sistema não funcionava como deveria. Para ir ao banheiro, os próprios alunos tinham que acender as luzes; não tinha segurança. Com o tempo, a biblioteca passou a funcionar até às 20h, as luzes do banheiro ficavam acesas, tinha lanche noturno, tinha funcionário na recepção.

Notadamente, percebeu-se que os alunos do período noturno vivenciam mais dificuldades em relação aos alunos que estudam em outros períodos. A limpeza do banheiro, por exemplo, não é feita no período da noite.

Prossegue-se com a apresentação das três últimas assertivas que foram expostas aos estudantes para fins de debate e reflexão. A primeira buscou compreender se os estudantes haviam ingressado no curso e na instituição de ensino superior que escolheram. Alguns disseram que sim, mas outros revelaram:

Para mim, nunca foi um sonho ter/entrar numa faculdade, eu não tinha esse pensamento de querer ter o ensino superior. Mas eu entrei na Educação Física e me apaixonei, porque não é só esporte, são várias outras matérias. Porém, não é algo que eu sonhei ter, foi a sociedade que me colocou: ‘Só consegue um emprego melhor se tiver ensino superior’. Mas para mim, trabalhar, ter um emprego, já seria razoável.

A estudante em questão relatou que se hoje lhe fosse dada a decisão sobre o ingresso no nível superior, ainda assim, não o enxergaria como um sonho. “Não seria um sonho, mas com certeza, eu já teria a mente mais aberta, saberia que realmente abre mais portas”.

Dayrell (2003) destaca que há diversos modos de ser juvenil, pois cada jovem atribui sentido particular ao que vive e às suas escolhas. Assim, ora o ensino superior

pode ser visto como a realização de um sonho, ora interpretado como uma conquista sem muita importância.

Acerca da relação assistência estudantil e melhoria do desempenho e da formação acadêmica, os estudantes entendem que a assistência é: “fundamental” e “ajudou a permanecer” estudando, “já que para ter a formação acadêmica eu preciso estar presente”. Elucidaram que “sem ela não estaríamos aqui”. E outro afirmou:

Você vem do ensino médio e num instante tem que ter dinheiro, ou tem que trancar porque o seu curso é de manhã, você tem que trabalhar, para tentar permanecer.

Outro ponto que merece destaque é a interposição do trabalho como meio indispensável para garantia da permanência dos estudantes no ensino superior, notadamente quando a assistência estudantil não alcança os estudantes que não têm condições de permanecer nesse nível educacional sem um suporte financeiro.

Nessa lógica, a assistência estudantil coíbe o acesso ao mundo do trabalho de modo precoce e ampara a decisão da dedicação exclusiva aos estudos. Sem o auxílio-transporte ou moradia, muitos estudantes teriam que conciliar estudo e trabalho para manter-se no curso superior, segundo o que pode ser visto na fala a seguir:

Eu terminei meu ensino médio em 2009 e comecei a trabalhar. Então, parar de trabalhar e ficar sem dinheiro, voltar a depender do auxílio da família e viver a vida acadêmica, é muito complicado. Principalmente em uma cidade que não te dá a oportunidade de trabalho meio período. Aqui, você só fica em um emprego se for para trabalhar de 7 (da manhã) às 7 (da noite). No meu caso, no fim do ensino médio, comecei a trabalhar. Trabalhava só meio período. Ganhava meio salário. Mas fui colocando na poupança. Então, quando eu entrei, não tinha perspectiva de ganhar algum auxílio. Mas quando a minha reserva acabar, eu vou ter que ganhar, vou ter que me virar.

Em relação ao desempenho acadêmico e suas interfaces com a assistência estudantil, os interlocutores da pesquisa responderam sobre a influência das notas: “No meu caso, independe a questão de nota. A assistência estudantil ajuda na permanência do curso, mas em questão de nota, não. No meu caso, não influencia”. Problematisando essas noções, visualiza-se o seguinte: “Se tivesse que trabalhar, afetaria muito as notas. Mas no meu caso, não.” E outro destacou:

Caso eu não tivesse nenhum auxílio, como é meu caso, que tenho o auxílio-formação, eu teria que trabalhar e não poderia passar o dia aqui. Se eu fosse trabalhar, com certeza, minhas horas seriam piores.

Compreende-se, portanto, que a assistência estudantil é caracterizada como uma estratégia para a permanência do público-alvo no nível superior. Nesse aspecto, Finatti (2007) expõe que democratizar a educação superior significa tanto a garantia do acesso como também a permanência com integralidade e o desenvolvimento acadêmico, somados à qualidade da educação.

Desse modo, a assistência estudantil é necessária, visto que a gratuidade do ensino não consegue assegurar a permanência de estudantes situados em condições socioeconômicas desfavoráveis, tentando suprir e viabilizar, portanto, as suas necessidades pessoais e acadêmicas após o ingresso no nível superior, sugere Finatti (2007). Já para Graeff (2014), o desenvolvimento de ações de assistência estudantil deve viabilizar a igualdade de oportunidades, melhorar o desempenho acadêmico e reter a evasão.

Uma formação de qualidade é aquela que engloba experiências que transpõem a sala de aula

Entende-se que uma formação de qualidade é aquela que engloba experiências que transpõem a sala de aula. Uma visita de natureza técnica oportuniza a proximidade dos estudantes com fatos reais de uma futura profissão e contatos profissionais. Congressos, seminários e palestras constituem espaços férteis para a troca do saber e aprimoramento de determinados assuntos. Por isso, aponta-se como relevante a garantia de auxílios que oportunizem aos estudantes a participação em tais vivências durante seu processo formativo. Nesse argumento, mostra-se que a assistência estudantil deve envolver os mais variados aspectos da trajetória universitária.

5. Considerações finais

Com a pesquisa, captou-se que a assistência estudantil é uma premissa fundamental para a permanência dos estudantes do IFCE *campus* Canindé no ensino superior, uma vez explicitadas as condições socioeconômicas desfavoráveis em que os interlocutores da pesquisa se encontram inseridos, em especial os oriundos das cidades do interior cearense.

Nesse âmbito, no cenário da democratização desse nível educacional, entende-se que não basta garantir somente o acesso/ingresso ao ensino superior, dado que é substancial assegurar a materialização de políticas, como a assistência estudantil, para viabilizar a permanência dos estudantes no curso escolhido. Nesse íterim, entende-se que essa assistência potencializa a permanência do estudante durante seu percurso acadêmico.

Ressalta-se que a ausência ou deficiência de recursos financeiros para custear as despesas que envolvem a vida estudantil, como alimentação, moradia e habitação, atreladas à precariedade de recursos para o transporte e o deslocamento, impactam diretamente a condição de permanência dos estudantes pesquisados no ensino superior.

Dado esses motivos, tratar as questões relacionadas à evasão e à retenção de alunos nos cursos de graduação, diante dessas barreiras, é algo desafiador, uma vez que a assistência estudantil não consegue atingir a todos que dela necessitam, ou ainda, é insuficiente para atender as reais necessidades de cada estudante.

Em face do exposto, salienta-se que ora a assistência estudantil oportuniza a permanência dos estudantes no nível superior, ora os exclui, por sua não continuidade quando ainda é necessária ou por sua precariedade de ações.

Notas

¹ Este artigo é produto de uma pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulada “Juventude e assistência estudantil: do direito social à efetivação de uma política pública democrática no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará”, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Exclusão Social (Geppes) e pelo Observatório Juventude, Educação Profissional e Trabalho (Jeptra), vinculados à Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob a coordenação da Professora Doutora Francisca Rejane Bezerra Andrade.

² O grupo focal é uma técnica de coleta de dados que, mediante a interação grupal, promove entre os participantes uma ampla problematização sobre o tema que está sendo abordado. Segundo Backes *et al.* (2011, p. 2), é um tipo de investigação que estimula o debate, pois permite que os temas sejam mais problematizados do que em uma situação de entrevista individual. Os participantes ouvem as opiniões dos outros, formam as suas próprias e mudam de posição ou fundamentam melhor sua opinião inicial.

³ A execução do grupo focal iniciou com 14 participantes. No entanto, uma estudante, após pouco tempo de debate, optou por se ausentar. Ao final dessa etapa, outra estudante, mesmo participando de todo o processo de realização, retirou-se e não assinou a lista de frequência. Assim, participaram 13 pessoas da execução do grupo focal, e formalmente assinaram a lista de frequência e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 12 pessoas.

⁴ De modo complementar, recorreu-se à realização de entrevistas individuais de natureza semiestruturada com alguns dos participantes, o que não será discutido neste artigo.

⁵ A pesquisa recorreu ao grupo focal como técnica de coleta de dados, conforme esclarecido no percurso metodológico. Nesse sentido, tendo em vista a constante interação entre os sujeitos envolvidos, não foi objetivo metodológico da pesquisa identificar os interlocutores no momento da transcrição do grupo focal, mas analisar o conjunto/a totalidade das reflexões livremente empreendidas sobre cada questionamento apresentado (e não de modo individual).

Referências

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAINAC, Mônica Duarte. Ingresso e permanência no ensino superior: a assistência estudantil em debate. *In*: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAINAC, Mônica Duarte (org.). **Educação em debate**: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil. Fortaleza: Eduece, 2016. p. 15-42.

ARRUDA, Bárbara Diniz Lima Vieira; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; LOPES, Ludimila Façanha Lopes. Reflexões sobre assistência estudantil, acesso e permanência no ensino superior: um olhar sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Crateús. *In*: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAIGNAC, Mônica Duarte (org.). **Educação em debate**: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil. Fortaleza: Eduece, 2016. p. 43-62.

BACKES, Dirce Stein; CALOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. *In*: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. p. 29-44.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

DOURADO, Marisnei Souza; GARAJAU, Narjara; FONSECA, Teresa Cristina. Compartilhando saberes: relato da experiência do serviço social na política de assistência estudantil da UFMG desenvolvida pela Fundação Universitária Mendes Pimentel – FUMP. *In*: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2013.

FINATTI, Betty Elmer. **Assistência estudantil na Universidade Estadual de Londrina**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

GRAEFF, Betina Alves. **A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o ensino superior**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **IFCE em números**. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>. Acesso em: 25 set. 2019.

MENEZES, Simone Cazarin de. **Assistência estudantil na educação superior pública: o programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

NOVAES, Regina. **Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias**. In: ALMEIDA, Maria Isabel; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 105-120.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Marcos legais e a educação superior no século XXI. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 236-250, 2014.